

# **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre o processo de inclusão escolar na rede pública de ensino do município de Campina Grande**

Francisca Rikaely Luciano da Silva – UEPB-  
rikaely\_silva@hotmail.com

Maria Aparecida Barbosa Carneiro- UEPB-  
ccarneiro2007@oi.com.br

**RESUMO:** Este artigo apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa do mestrado em Serviço Social intitulado “EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre o processo de inclusão escolar na rede pública de ensino do município de Campina Grande”. Para execução do projeto procede-se pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter quanti-qualitativo. A presente pesquisa que ora apresentamos analisa as condições de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas salas regulares da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande, verificando as condições das escolas para receber/atender esses alunos. Sabemos que a educação é um direito de todos e que cabe as escolas se adaptarem para acolher todas as crianças, independentemente de suas limitações. E diante dessa conclusão compreendemos também o papel dos direitos humanos historicamente na luta pela efetivação da educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais especiais. Escolas Municipais de Campina Grande.

**ABSTRACT:** This paper presents partial results of the research project of the Master in Social Work entitled "inclusive education: a study on the process of school inclusion in the public schools of the city of Campina Grande." For project execution proceeds to literature and exploratory research of quantitative and qualitative. This research now presented analyzes the conditions for the inclusion of pupils with Special Educational Needs in mainstream halls of the Municipal School of Campina Grande, checking the conditions of the schools to receive / serve these students. We know that education is a right for everyone and that it is the schools adapt to accommodate all children, regardless of their limitations. And before this conclusion we also understand the role of human rights in the struggle for historically effectiveness of inclusive education.

Keywords: Inclusive Education. Special Educational Needs. Municipal schools in Campina Grande.

## **INTRODUÇÃO**

Atualmente há um intenso debate em torno do paradigma da Educação Inclusiva. As discussões perpassam desde o processo histórico para o desenvolvimento da construção desse novo modelo de ensino até as legislações que garantem esse direito. No entanto, são muitas as divergências acerca da real efetividade desse sistema de educação para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Nesse sentido, a presente pesquisa procura analisar como se encontra o processo de Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino do município de Campina Grande – PB

Desse modo, o nosso objeto de estudo é a Política de Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino, pretendemos identificar e compreender os mecanismos de inclusão e/ou discriminação presentes nas salas regulares das escolas municipais de Campina Grande. Para que assim, possamos chegar de fato à concretude da educação inclusiva nas referidas escolas pesquisadas. Esses mecanismos de algum modo estarão presentes no cotidiano escolar e é a partir deles que teremos maior clareza de como de fato se desenvolve a educação inclusiva nessas unidades de ensino.

Analisando de forma sintética o processo histórico da educação de alunos com necessidades educacionais especiais apontamos que anteriormente o padrão de educação era conduzido por um modelo de atendimento baseado na exclusão e segregação e que gradativamente vem se transformando nas últimas duas décadas na denominada Educação Inclusiva. Esta proposta no Brasil ganhou força, sobretudo com a Constituição Federal de 1988 que é considerada um marco legal que estabelece a educação inclusiva como política nacional, que estipulou os direitos das pessoas com NEE que passam a ser considerados não mais como objetos de assistência social, mas como sujeitos de direitos, inclusive, à educação.

Outro momento marcante foi publicação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) em 1990, onde foi ressaltado que, no que diz respeito ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência será oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. Para finalizar esse suporte legal consideramos como momento fundamental para esse processo inclusivo a Declaração de Salamanca (1994), definidora de princípios que passaram a ser adotados e compreendidos como meta no Brasil, que entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, e que a elas devem se adequar”. Sendo assim o paradigma da Educação Inclusiva parte de uma concepção de escola que não seleciona alunos em função de suas diferenças, sejam elas intrínsecas, sociais ou culturais. A sua implementação, portanto, demanda uma nova postura da escola regular, valorizando a diversidade em vez da homogeneidade. Nesta perspectiva, a escola deve incorporar em seu projeto político-pedagógico e proposta curricular (metodologias, avaliação e estratégias de ensino) ações que favoreçam o desenvolvimento de todos os alunos. Esse processo requer o debate e o envolvimento de todos os profissionais da educação presentes no universo escolar, e não apenas daqueles ligados à Educação Especial (GLAT & BLANCO, 2007).

Partindo destas considerações, buscamos na nossa pesquisa analisar as salas de aula regular frente à educação inclusiva, desse modo e voltando-se primordialmente para o nosso

Estado, uma das questões que impulsionou os estudos sobre a temática foi diante de dados do censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde aponta que a Paraíba possui 1.045.631 pessoas com pelo menos um tipo de deficiência. Desta forma e a partir de outras pesquisas podemos perceber que a Paraíba é um dos Estados brasileiros com maior número de deficiência no País, o que nesse sentido, vem demonstrar a importância do desenvolvimento da nossa pesquisa. Em Campina Grande mais especificamente como o campo da nossa pesquisa existe **117.903 pessoas com deficiência**. Diante desses dados fica evidente a importância e relevância da nossa pesquisa.

No nosso estudo utilizamos quatro categorias conceituais que darão sentido e direção para a nossa pesquisa, são elas: Educação Inclusiva, Necessidades Educacionais Especiais, Adaptações Curriculares e Acessibilidade. Compreendemos que essas categorias conseguem dar conta da discussão que envolve nosso estudo. E é a partir delas que analisaremos os mecanismos de inclusão e/ou discriminação e a própria política de educação inclusiva que é o nosso objeto de estudo.

Para uma compreensão maior do que se refere à efetividade de uma educação inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande, desencadeou-se uma série de discussões e análises teóricas no sentido de que possamos compreender a ampla gama de princípios, diretrizes, fundamentos e legislações, para que possamos dar sustentabilidade teórica e direcionamento a nossa pesquisa.

Diante disso, iniciamos pela categoria conceitual “educação inclusiva”, de análise ampla e complexa, já que inúmeros autores discutem do que se trata a chamada educação inclusiva, buscamos a partir de estudos teóricos de alguns autores, entender mais profundamente o paradigma da educação inclusiva. Este paradigma propõe que “as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares.” Portanto, a educação especial que antes se configurava como um sistema paralelo de ensino direciona-se seu foco no âmbito das salas regulares. Baseados nos princípios da Constituição Federal de que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” E norteada pelos princípios de equidade e diversidade e respeito às diferenças.

Sendo assim essa categoria teórica tratará de defender que a escola deve reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tantos estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos. Porém o desafio está em como promover esta educação inclusiva, para atuar no âmbito dos alunos com

necessidades educacionais especiais, buscamos observar no âmbito das escolas da Rede Municipal as formas de como esse ambiente escolar estará desenvolvendo esta inclusão, se apenas por um discurso de inclusão sem uma verdadeira efetividade ou a partir de uma abordagem inclusiva, buscamos observar se essa inclusão concretiza-se a partir de algumas posturas tomadas pela escola, na qual poderá ser: reformulando seus currículos, e seu âmbito arquitetônico, treinamento dos professores e admitindo profissionais capacitados para colaborar com o processo de reformulação social da inclusão, dentre outras estratégias.

A segunda categoria que abordamos é “necessidades educacionais especiais”, esta intimamente ligada à categoria anterior, onde segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (MEC/SEESP, 2001) compreende-se como necessidades educacionais especiais todas as “dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos, tanto aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específicas quanto àquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos”.

O termo necessidades educacionais especiais, significa deixarmos de pensar na deficiência em si e passamos a refletir sobre o papel da escola e o que ela pode fazer para atender à demanda desse aluno. Esse termo deverá ser empregado às crianças e jovens com aprendizagem atípica, ou seja, sendo necessário aplicar algumas adaptações curriculares. Dessa forma, CORREIA (1999) divide as necessidades educativas especiais em dois tipos: as permanentes e temporárias. No que concerne a permanente esta diz respeito às necessidades normalmente voltadas para alunos com problemas orgânicos, funcionais ou com déficits biológicos, são alunos com deficiência mental, problemas motores, com deficiência visual, auditiva, cegueira ou surdez. Já no que diz respeito às temporárias, estas estão comumente ligadas aos problemas ligeiros, de leitura, escrita ou de cálculo ou à atrasos e perturbações menos graves que venham comprometer o desenvolvimento motor.

Diante disso, podemos entender que o fato de alunos com algum tipo de deficiência passar a compor as classes regulares, demonstra a dificuldade da escola em buscar inseri-los neste ensino regular oferecendo a mais ampla possível igualdade de condições com os demais alunos. Decorrente dessa realidade merece destaque nessa discussão uma reflexão crítica sobre as bases teórico-metodológicas que sustentaram as práticas da educação especial.

Outra categoria importante para nos determos em nosso processo de reorganização de uma escola inclusiva é à categoria conceitual “adaptações curriculares”, uma educação inclusiva entendida sob a dimensão didático-curricular trata-se de proporcionar ao aluno com

necessidades educativas especiais participar das atividades cotidianas da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais, mesmo que de modos diferentes, preferencialmente sem defasagem idade-série. Como agente mediador do processo ensino-aprendizagem, cabe ao professor o papel de fazer as adaptações necessárias no currículo escolar (GLAT E OLIVEIRA, 2003). Onde essas diretrizes curriculares que abrangem a educação especial se encarregam de dar um suporte a todas as ações concernentes ao aluno especial incluindo-o nos exercícios cotidianos das salas regulares, a partir do planejamento da prática pedagógica, e do apoio aos professores do ensino regular além da conscientização da comunidade escolar no processo de construção dessas diversas dimensões pedagógicas.

No entanto, o currículo para uma escola inclusiva, não se resume apenas as adaptações feitas para acomodar os alunos com deficiências ou demais necessidades especiais. A escola inclusiva demanda uma nova forma de concepção curricular, que dê conta da diversidade do seu alunado, esta forma de se fazer presente na escola desse novo paradigma da inclusão.

Portanto, o currículo trata-se uma construção social, diretamente ligada a um momento histórico, a uma determinada sociedade e às relações que esta estabelece com o conhecimento. No currículo, múltiplas relações se constituem explícitas ou “ocultas”, que envolvem reflexão e ação, decisões político-administrativas e sistematizadas no órgão central da Educação, e suas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola (SACRISTÁN apud SAVIANI, 1998).

E a última categoria que elencamos no nosso estudo é a “acessibilidade”, no que concerne a educação inclusiva, esta, ao longo dos anos ganha um conceito mais extenso, a acessibilidade deixa de ser baseada em barreiras arquitetônicas, previstas apenas pelos espaços físicos nas instituições que agregam pessoas com necessidades especiais, para um conceito ampliado baseado em um espaço escolar que interagem além de uma estrutura física adequada também estratégias que integrem recursos multifuncionais, formação continuada de professores, disponibilização de livros em formatos acessíveis a cada tipo de deficiência, orientação às estratégias pedagógicas em sala de aula, assim como gestão escolar, recursos e materiais pedagógicos específicos, flexibilidade curricular, criação e implementação de uma rede de apoio, dentre outros. Portanto a acessibilidade passará a integrar no projeto político pedagógico das escolas regulares, disponibilizando apoio específico a estudantes com necessidades especiais e orientação às estratégias pedagógicas em sala de aula.

Tal conceito de acessibilidade consta-se de efetivar as condições sob as quais ocorre o processo de inclusão no contexto das escolas, bem como identificar aspectos que podem fundamentar a elaboração de estratégias a serem desenvolvidas junto com a equipe escolar buscando a maneira mais eficaz de inserir esses alunos em um contexto escolar inclusivo.

Portanto, a acessibilidade na escola constituirá de pré-requisitos para o processo ensino e aprendizagem desses alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, ficando em evidencia a necessidade maior demandada de uma acessibilidade que oportunize condições necessárias à independência e autonomia dos sujeitos de prever e prover meios de satisfazer essas necessidades.

“Cabe, portanto, a sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, sócia, educacional e profissional.” (CARVALHO, 1997, p. 45).

Portanto, cabe-nos compreender que a inclusão é um processo complexo, que precisa ser mais discutido pelos atores envolvidos. Que a escola precisa fazer uma inclusão responsável, não apenas para obedecer a uma lei. A problemática é: esperar a escola ficar pronta para receber as crianças com necessidades educacionais especiais ou através dessa inclusão buscar as mudanças? O que se tem bem definido entre os teóricos é que a escola não pode mais fechar as suas portas para diversas formas de ser e de aprender, e assim chegou à hora de rever seus conceitos sobre as pessoas com necessidades especiais e sua relação com a escola.

Diante de todas essas questões brevemente mencionadas acreditamos na grande relevância desse projeto que busca compreender como se encontra a realidade efetiva da educação inclusiva na rede municipal de ensino de Campina Grande, campo de nosso estudo.

### **- Procedimentos Metodológicos**

Optamos pela metodologia quanti-qualitativa que segundo Minayo, “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e reações humanas, um lado não captável em equações, médias e estatísticas” (1994, p. 94).

Quanto à natureza da pesquisa esta será de caráter exploratória, onde de acordo com Gil:

São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis... Habitualmente envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso. (2006 p.15)

Utilizaremos também a técnica da observação participante por compreendermos que esta pode nos ajudar a compreender a concretude do nosso objeto de estudo. De acordo com Spradley (1980), na abordagem por “Observação participante” há que realçar que os objetivos vão muito além da mera descrição dos componentes de uma situação, permitindo aí a definição do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento. Face à intersubjetividade presente em cada momento, a observação em situação permite e facilita a apreensão do real, uma vez que estejam reunidos aspectos essenciais em campo.

O campo da pesquisa é à rede de escolas municipais de Campina Grande-PB, ou seja, as escolas regulares da rede municipal de ensino fundamental II, pois são estas escolas as que mais recebem alunos com necessidades educacionais especiais. Para compor a amostra serão selecionadas de forma intencional 02 (duas) escolas da rede municipal de Campina Grande, cujo critério de seleção seja o maior número de alunos com necessidades educacionais especiais.

São elas: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Roberto Simonsen que atende 17 alunos com necessidades educacionais especiais e a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Virgílio atendendo também 17 alunos com NEE.

### **Instrumento de Coleta de Dados**

Os instrumentos de coleta de dados que estão sendo aplicados são: consultas às fontes bibliográficas, a observação participante, estamos no atual momento da pesquisa realizando uma coleta de dados junto às instituições de ensino, ao qual denominamos de mapeamento inicial utilizando-se de questionário simples para compreendermos melhor a estrutura da escola, consulta documental (Projeto Político-Pedagógico da escola, regimentos, estatutos e relatórios) e realização de entrevistas semi-estruturada.

### **Processamento e Análise dos resultados**

No momento atual da pesquisa estamos coletando os dados, posteriormente, finalizado esse processo os dados quantitativos serão agrupados, analisados e apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, por meio de estatística descritiva. Os aspectos subjetivos da investigação serão coletados por meio da pesquisa qualitativa, os quais serão submetidos à análise de conteúdo, a fim de compreendermos o sentido das comunicações e suas significações explícitas ou ocultas.

Diante de todas as questões que viemos tecendo até aqui, a partir das quatro categorias conceituais que embasaram e embasam os nossos estudos, gostaríamos apontar alguns

resultados parciais, ou melhor, apresentar como se encontra o desenvolvimento da nossa pesquisa. Dessa forma, como se trata de um projeto em andamento podemos pontuar que os nossos estudos foram baseados a priori em pesquisas bibliográficas acerca da temática.

Partindo para a pesquisa empírica propriamente dita, podemos dizer que se encontra em fase de desenvolvimento, sendo assim, iniciamos esse processo fazendo os primeiros contatos e visitas institucionais. Estabelecemos em um primeiro momento o contato com a Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande para informá-los sobre a pesquisa e enfatizar a importância desta para o atual cenário da educação.

Posteriormente mantivemos contato com as duas escolas pesquisadas ambas se mostraram receptivas e se dispuseram de acordo com suas possibilidades a colaborar com a pesquisa, não só nos fornecendo as informações necessárias pertinentes à pesquisa, como também colaborando juntamente com os professores, estabelecendo o contato com os que trabalham especificamente nessa temática.

No momento atual já iniciamos o processo de coleta de dados. O primeiro instrumento utilizado foi mapeamento inicial, onde coletamos todos os dados referentes a cada escola, outro instrumental que está sendo aplicado é um questionário, onde conheceremos a partir do mesmo principalmente o perfil dos professores sujeito da pesquisa, além de entrevista semi-estruturada onde todas as questões são direcionadas para a educação inclusiva, a realidade da escola que o professor trabalha e todas as condições que o mesmo dispõe. E por último, analisaremos à parte documental de cada escola, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), Regimentos, Estatutos e Propostas Inclusivas de todas as escolas que estão sendo pesquisadas.

Desse modo, e diante desse processo de pesquisa que estamos desenvolvendo e vivenciando podemos reforçar a importância do nosso estudo, e a necessidade de uma estreita articulação entre a escola, a partir de suas diretrizes pedagógicas e curriculares, com os alunos com necessidades educacionais especiais. Esse trabalho de troca é imprescindível para a efetivação de uma escola inclusiva que atenda a todos os alunos independentemente de suas limitações.

Pretendemos que os resultados encontrados possam ser repassados para a Secretaria de Educação responsável para que a mesma possa ficar ciente da realidade da educação inclusiva na rede municipal, e que a partir deles possam vir a serem desenvolvidos mecanismos para contribuir de forma positiva para uma nova realidade de ensino. Esperamos também a partir dessa pesquisa que ora realizamos, conseguir chegar a um conhecimento mais aproximado



sobre essa problemática, contribuindo, para um processo de reflexão sobre as questões que perpassam a Política de Educação Inclusiva na rede Municipal Ensino de Campina Grande.

## **CONCLUSÃO**

Tendo em vista a proposta inclusiva abordada no nosso estudo, acreditamos que iremos contribuir para o maior conhecimento sobre a educação inclusiva e principalmente colaborar com o redimensionamento sobre essa realidade na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB.

Diante da discussão traçada até aqui fica evidente que a educação vem sofrendo modificações ao longo da sua história. Essas mudanças em busca de um novo modelo educativo contemplam os anseios da Educação Inclusiva, que baseada em princípios e leis que reconhecem a necessidade de uma educação para todos, deixa bem claro que a renovação pedagógica e exige em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno, e não o contrário. E, em segundo lugar, que o professor, considerado o agente determinante da transformação da escola, seja preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos.

Pode-se afirmar que o direito à educação, como pressuposto de uma sociedade inclusiva, está acima das dificuldades, quer sejam físicas, pedagógicas ou didáticas que qualquer sistema, escola ou profissional venha amparar-se para justificar o desrespeito a esse direito. Contudo, sabe-se que tais dificuldades são reais e que para superá-las se faz necessário ir além de iniciativas isoladas, tanto por parte do Estado, como por parte das escolas ou dos profissionais, mas é preciso articular ações que envolvam efetivamente a todos. A escola precisa acompanhar e interagir com as mudanças advindas de uma educação inclusiva, tornando-se verdadeiramente em um espaço democrático, dialógico e dinâmico, dentro do conceito de educação para todos. É nessa condição que se pode falar de fato em educação inclusiva.

Por fim, podemos pontuar que a educação inclusiva é um processo gradativo e que apesar das legislações e todos os avanços que temos na área existem muitos desafios a serem vencidos. Sendo assim, a inclusão é um conjunto de atitudes que permitem a garantia dos direitos básicos de cada um nos espaços sociais, e é na escola que podemos enxergar com maior facilidade se tais atitudes estão sendo construídas ou negadas, uma vez que ali a teoria e a prática entram em choque fazendo-nos observar a relação entre como se deve agir e como se age efetivamente.

## REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar – Sinopse Estatística da Educação Básica 2006**. Brasília: MEC/INEP, 2007.

CARVALHO, E. R. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

CORREIA, L. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora, 1999.

FERREIRA, Windys B. **Desafios na educação de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no Brasil. Alfabetização e Cidadania**. Brasília: RAAAB, UNESCO, 2006.

GLAT, R. **Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais**. In: 4 Revista Educação Especial, nº 24, Santa Maria/RS, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, Brasília, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2ª ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO (1990) **Declaração Mundial de Educação para Todos, UNESCO: Brasil**.